



NOVA LEI DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS DEVE SER ADIADA

COMUNICADO

Tomada de posição da CNIPE em relação á provável implementação da nova lei da Inclusão no Início do próximo ano lectivo

**Acabar também com a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com deficiência!
Ficando apenas o Governo com a Secretaria de Estado Para a Cidadania e Igualdade é
o que deveria acontecer seguindo esta visão da inclusão na Educação em discussão
pública. Mas seria uma visão errada, porque a pessoa com deficiência deve(ria) ter
um Governo que defendesse a inclusão da pessoa com deficiência, na pessoa com
deficiência incluem-se, obviamente, também as crianças com NEE, e o Governo
prepara-se para fazer exactamente o contrário com a proposta que revoga o decreto
lei 3/2008.**

Sobre a lei da inclusão a CNIPE vem afirmar a sua posição em defesa de uma escola
Inclusiva, pública, universal. Para que tal seja possível, o Governo tem que acabar com
a brincadeira que durante um ano perpetuou lançando a confusão, sobre pais,
comunidade educativa, médicos, terapeutas e apoio sociais. Brincadeira que foi a
proposta de lei, negociada por meia dúzia de "Iluminados", pessoas que nos diversos
governos se mantêm nos gabinetes dos quadros intermédios dos Ministérios, e seus
"amigos". A proposta foi apresentada para consulta pública, criticada amplamente nos
diversos pareceres apresentados por representantes dos professores, pais, médicos e
outros.

A CNIPE nunca foi ouvida pelo Governo depois de apresentada a proposta, apesar
desta proposta de lei que revoga o 3/2008 não abranger apenas as crianças com NEE,
mas sim todas as crianças que frequentam as escolas públicas, privadas, e ainda as que
frequentam estabelecimentos de educação especial. A CNIPE nunca foi ouvida pelo
Governo, para a elaboração de uma lei que afecta a vida, a educação e a saúde de
TODAS as crianças do País, os pais não tiveram o direito de participar na discussão
sobre o futuro dos seus filhos. Fazemo-nos ouvir agora!

A proposta é assente na base da não caracterização das NEE, com a desculpa de que não caracterizando as crianças com deficiência e problemas de aprendizagem se faz a inclusão destes alunos. A proposta não inclui os pais nas equipas multidisciplinares, a lei exclui os pais das equipas e excluiu a CNIPE da preparação da lei. No entanto, na mesma proposta de lei caracteriza e mantém as escolas de referência no domínio da visão. A deficiência de visão já não é “feito” caracterizar e assim plasma-se na lei adequações específicas às crianças com esta deficiência, a mesma deficiência da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, e isto é incompreensível, a menos que o Governo tenha uma visão de soluções para a Inclusão que vai pouco além de soluções para a deficiência que é a deficiência da senhora Secretária de estado - NENHUMA DEFICIÊNCIA É MAIS IMPORTANTE QUE A OUTRA – todas as crianças tem direito à inclusão, nenhuma criança é mais importante que a outra, mas sendo crianças que tenham alguma deficiência ou problemas de aprendizagem tem que ter respostas específicas e especializadas que permitam ultrapassar as barreiras que promovam a inclusão, por isso existe a categorização de NEE, tal como existe uma Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência e não apenas a Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade.

Durante anos pais, professores, médicos, terapeutas e comunidade educativa, mas sobretudo as crianças com necessidades educativas especiais, viveram com as dificuldades para a implementação do decreto-lei 3/2008. A visão mais inclusiva que foi prometida por este Governo não está plasmada nesta proposta, nem na forma como tem avançado. A inclusão de TODOS faz-se com TODOS, mas o Governo escolheu só alguns para elaborar a Lei.

A CNIPE, durante o processo de consulta pública, esteve atenta a outros pareceres públicos nomeadamente: FENPROF (para conhecer opinião de professores), ao parecer da SPDA (para uma visão científica e médica) e INOVAR AUTISMO (visão de igualdade e cidadania e porque as perturbações do espectro do autismo são de entre os NEE aqueles, que em conjunto com a multideficiência seriam, no entender da CNIPE, atirados para a exclusão com esta proposta de lei). A CNIPE tomou posição crítica depois conversar com representantes de quase TODOS os que acompanham os nossos filhos, menos com o governo que nunca nos quis ouvir, nem depois da CNIPE ter feito chegar a sua posição.

Também quando recentemente foi público que apesar de todas as críticas o governo decidiu avançar com formação de formadores (financiada com fundos comunitários) para implementar uma Lei que ainda não é lei, lançando a confusão entre todos. A CNIPE, posteriormente a ter tomado conhecimento do seguinte comunicado da FENPROF:

<http://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=95&doc=11385>

e depois de ter confirmado por diversas fontes, da existência dessas formações, pediu ao Ministério da Educação explicações, e ainda se mostrou disponível para uma audição para discutir este assunto. A CNIPE nunca obteve resposta!

As Formações foram assentes na proposta que tantas críticas recebeu, e foi prestada com a certeza de que é para avançar com lei já em Setembro!!! A lei foi sofrendo alterações, mas foram gastos fundos comunitários para formar com base numa lei que não é lei ainda. Segundo notícia do público, do passado dia 13, a Fenprof pede o adiamento da Reforma, mas que directores e professores estariam contra.

<https://www.publico.pt/2018/05/13/sociedade/noticia/nova-lei-com-calendario-apertado-para-ser-implementada-1829750>

A CNIPE duvida da veracidade desta afirmação. **A CNIPE entende que reforma deve ser adiada sim, devidamente discutida e conhecida antes de ser publicada. Para que pais, médicos, terapeutas, assistentes, professores, auxiliares, directores, autarquias e comunidade educativa estejam devidamente informados e aí sim se aproveitem fundos comunitários para promover a Inclusão. As Crianças e Jovens com NEE que são as mais afectadas por esta brincadeira legislativa, de um governo que prometeu fazer da inclusão uma prioridade.** As crianças não são todas iguais e tem direito a não ser iguais entre si, mas o que se pedia era que lhes fosse dada equidade no acesso a educação na Escola Pública.

A CNIPE ouviu directores e professores que não apoiam esta brincadeira, por isso acreditamos que o professor David Rodrigues (alegadamente no site da pró-inclusão que estariam publicadas as primeiras formações que só alguns conheciam, foi este professor também um dos 3 relatores do relatório do CNE) e o Filinto Lima (director) que se afirmaram contra o adiamento desta reforma, na mesma notícia do Público, representam a opinião de uma minoria. O próprio Conselho das Escolas (que representa os directores junto do ministério da educação) deu parecer que deveria haver formação adequada a pessoal docente e não docente antes da implementação da Lei.

Apesar da CNIPE nunca ter sido recebida pelo governo quanto a este assunto, não abdica de tomar esta posição na defesa de todas as crianças. Apela que o Governo e os partidos políticos tenham bom senso, antes de avançarem com a implementação desta proposta legislativa que pode ter consequências irreversíveis para toda a sociedade, mas principalmente para a vida das crianças com NEE, suspenda ou adie a sua aplicação nas escolas dos nossos filhos e educandos.

A Direcção da CNIPE

Marinha Grande, 22de maio de 2018